

# **(RE) CONSTRUINDO SABERES A CERCA DA ESCOLARIDADE DE JOVENS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO NO CENTRO DE TERESINA-PI.**

Daniella Oliveira Silva (PIBIC/UFPI)  
dani.ol.sil@hotmail.com  
Prof. Dr. João Evangelista das Neves Araujo (CCE-UFPI)  
João-2007@uol.com.br

## **RESUMO**

O presente artigo é oriundo da pesquisa: “Ainda tenho lugar na escola? a escolaridade de jovens mulheres que exercem prostituição em Teresina-PI”. Esta a nível de Iniciação Científica encontra-se em andamento, sendo alicerçada teoricamente por Rossiaud (1991), Louro (2000), Prizman (2001), Mori (1997) dentre outros. Este trabalho de natureza qualitativa utiliza quatro instrumentais de coleta de informações: relato de histórias de vidas, observação, diário de campo e entrevista semi estruturada. Quanto aos resultados estes, serão fundamentos nas falas das partícipes, estando ainda em fase de sistematização. O que este trabalho propõe é um recorte teórico acerca de tais experiências e sua relação com a educação, por meio da análise da escolaridade das jovens mulheres prostitutas e o papel da escola frente a tal contexto de vulnerabilidade social. As conclusões do trabalho aponta-nos para uma reflexão e intervenção acerca da exclusão educacional em que se encontram estas jovens na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação. Prostituição. Jovens Mulheres.

## **1. Introdução: refletindo a condição da mulher prostituta em nossa sociedade**

As relações de gênero e de sexualidade são práticas geradoras de violência masculina contra as mulheres, em especial àquelas que fogem do padrão de estética e de sexualidade imposto pelo arquétipo da sociedade. No caso das mulheres prostitutas, normalmente assumem papel de “objeto sexual”, embora essas mulheres sejam “cidadãs”, sofrem preconceitos e violências sexuais devido às condições as quais estão submetidas, e se expõem em espaços públicos esperando os respectivos “clientes”, que na verdade são exploradores de seus corpos. Estão indisponibilizadas às mesmas, outros meios de sustento seguro, que tenha retorno financeiro rápido para atender suas necessidades básicas. Neste sentido, é que sobre a prática da prostituição, as autoras Nobre; Faria; Silveira (2005) destaca que:

Uma visão liberal da bandeira “nosso corpo nos pertence” é de que as mulheres podem dispor de seu corpo mesmo para vendê-lo na prostituição. Toda nossa solidariedade com as mulheres prostitutas não nos impede de sermos críticas à instituição da prostituição e a visões de que a sexualidade é mais um mercado de trabalho. (NOBRE; FARIA; SILVEIRA, 2005, p.12).

Essa visão mencionada representa um avanço das mulheres em relação ao seu corpo, porém, isto não deve ser pretexto para as jovens mulheres ter como único discurso ou visão para justificar a prática de prostituição, mas entenderem que seus corpos devem ter como dono elas mesmas e não terceiros para decidirem o que devem fazer com o mesmo. É importante perceber que existem outros meios de sobrevivência utilizando o corpo para se adquirir retorno financeiro.

A prostituição, portanto, é uma das práticas sexuais destinada apenas ao prazer e desejo, com exigência de pagamento. Essa prática contrapõe-se ao padrão estabelecido de sexualidade, representado pelo casamento que tem a função de reprodução e manutenção da fidelidade dos conjugues heterossexuais. No entanto, já atualmente existe casamento entre homoafetivos.

## **2. A prostituição em diferentes perspectivas: problema ou solução social?**

No que se refere ao surgimento da prostituição, de acordo com Rossiaud (1991, p., 20), “[...] foi no meio urbano que a prostituição desabrochou, adquiriu formas complexas e se institucionalizou”, porém, não se sabe certamente o período que esta prática iniciou na sociedade piauiense. A afirmação acima nos dá apenas um dado possível: a prostituição tem sido mais praticada na zona urbana que no campo.

Alguns fatores foram primordiais para a ampliação da prostituição nas diversas sociedades, a exemplo: o aumento da população urbana, que trouxe diversos problemas econômicos e sociais, como o desemprego, a miséria, o analfabetismo, a fome dentre outros. Estes fatores correlacionados a outros, tais como: tolerância da Igreja em relação à prostituição, aos banhos públicos, às regras sanitárias para a população, à crise econômica, à repressão/discriminação contra a mulher, ao patriarcalismo e ao machismo, favoreceram o desenvolvimento e as diferentes práticas de prostituição no mundo.

Portanto o universo da prostituição está intrinsecamente relacionado às mudanças sócio-histórico-cultural nos variados contextos da sociedade. Portanto, é de suma importância, estudarmos acerca desta temática para evitar pré conceitos que impossibilitam a compreensão da realidade de jovens mulheres na prática da prostituição. A sexualidade financiada se contrapõe às perspectivas ideológicas, de valores morais, sexuais, sociais e educacionais, gerando problemas nestes referidos aspectos.

Em relação à categoria de prostituta, existem duas: a que trabalha em espaço privado e aquela que se expõe em vias públicas. Assim, a primeira destina-se ao bordel, boates, saunas, residências e outros ambientes particulares, enquanto que a segunda categoria, por não pertencer a nenhuma casa de programas ou encontros, é obrigada a esperar seus clientes em praças, ruas e defronte os motéis. As protagonistas desse estudo possuem características e comportamentos específicos de mulher que exercem a prática de prostituição. Portanto, no caso desta pesquisa as sujeitas são jovens mulheres prostitutas públicas.

Para que as mulheres possam exigir melhores condições: de vida, de trabalho de escolaridade, de liberdade sexual, objetivando-se o pleno exercício de cidadania, é primordial refletir/discutir a situação da mulher ao longo da história que ainda de certa forma continua sendo destinada ao espaço privado. Enquanto o homem permeia todos os espaços públicos e privados, representando tal condição, uma injustiça contra o feminino, pois muitas mulheres sofreram e ainda sofrem com as imposições da sociedade que favorecem ao homem (o macho), assim depreciando a condição da mulher que em nossa cultura ainda está presa à valorização do casamento e da maternidade.

A prostituição, portanto, é uma prática humilhante a que muitas mulheres se submetem devido: serem consideradas objeto sexual, estarem desempregadas, possuírem baixa ou inexistência de escolaridade, dentre outros motivos que a conduzem a tal condição. Portanto, todos esses aspectos desvalorizam perante as demais pessoas.

As mulheres ainda são consideradas por grande parte da população como inferiores em relação ao homem, devido à discriminação e preconceitos construídos ao longo da história pelos homens para conseguir vantagens em relação à mulher. Portanto, as relações sociais de uma forma em geral, e especificamente entre homens e mulheres são regidas pelo poder em que o homem sempre está na condição de superioridade, e a mulher vista como inferior nas várias áreas, em especial, em relação à sexualidade. Saffioti (1987) assevera que:

Ainda que a violência e ou grave ameaça existiam com frequência nas uniões estáveis, basta o poder do companheiro para vencer a resistência da mulher. Alias, o direito do companheiro ao uso sexual da mulher inscreve-se do *dever conjugal*, outrora Constante do Código Civil brasileiro e ainda muito presente na ideologia que legitima o poder do macho. Por *dever conjugal* entende-se a obrigação de a mulher prestar serviços sexuais ao companheiro quando por ele solicitada. Percebe-se, com muita facilidade, a oposição de objeto masculino ocupada pela mulher. (SAFFIOTI 1987, p., 118-19)

De acordo com Saffioti (1987) a mulher ainda cumpre o papel de objeto sexual masculino, e que até nas relações conjugais, desta maneira, tem uma relação com a prática de

prostitutas, pois estas oferecem serviços ao cliente, no entanto, diferenciando-se da primeira categoria porque se entende que não se exige pagamento financeiro para a realização da prática sexual com o respectivo companheiro.

O movimento feminista e o Sufrágio que representa à participação do voto ou votação para a eleição de um candidato ou ainda, declaração, opinião emitida em congresso ou assembléia que decide pela maioria de votos, foram extremamente fundamentais para o exercício de cidadania das mulheres. Estes devem ser lembrados nos espaços de discussão sobre as mulheres, pois foram primordiais para as mesmas conquistar a justiça e a liberdade nas várias dimensões da vida, inclusive na sexualidade, e um dos direitos que lhe confere ao seu corpo, livre para os fins que bem desejar e quiser.

Em situação sobre a problemática da mulher prostituta e a escolarização feminina, a TV Globo apresentou a minissérie “Gabriela”, que se reportava à questão da exploração de atividades de prostituição em espaço privado, ou seja, no cabaré e as relações de gênero por volta do século XIX.

Também oportunizava a discussão referente às práticas, as causas e consequências da prostituição naquela época e na atualidade, bem como refletir alternativas que promovesse a cidadania das mesmas por meio de políticas públicas e ações para reparar e assegurar as injustiças e problemas destinados às prostitutas, em vez de percebê-las por meio de preconceitos e julgamentos erroneamente acerca das prostitutas. Por conseguinte, como pesquisadores e pesquisadoras, assistimos a minissérie para correlacionar e diferenciar a prostituição em espaços diferentes, ou seja, o público e o privado.

Atualmente, a TV Globo está exibido à novela “Salve Jorge” no horário considerado nobre 20h 30m, que aborda os seguintes crimes tipificados pelo Código Penal brasileiro em vigência: prática de favorecimento da prostituição (Art. 228); manutenção de casa de prostituição (Art. 229); os crimes do rufianismo (Art. 230) e o tráfico de mulheres (Art. 231). Todos esses crimes são evidenciados na novela mencionada. Por outro lado, convém lembrar que essa prática ainda recorrente no Brasil e no resto do mundo, Rameiro; Sobrinho (2007, p., 22) destacam que:

Nos dias atuais, a Lei brasileira não considera crime a prostituição feminina adulta, em que a mulher, tenha convicta e espontaneamente insira-se nesta prática. Toda pessoa é dona do seu próprio corpo e pode usá-lo como bem quiser. Mas tirar proveito é crime. (RAMEIRO; SOBRINHO, 2007, p. 22).

Nos contextos da Constituição Federal Brasileira de 1988 e do nosso Código Penal vigente, a prostituição praticada espontaneamente não é tratada como crime. Diante disso, as protagonistas desse estudo e demais mulheres em situação de prostituição com as quais tivemos contatos informais, têm suporte legais para explorar livremente a referida prática.

Neste sentido, essas mulheres relataram que se prostituem porque sentem-se obrigadas adquirir dinheiro de maneira mais rápida para suprir suas necessidades financeiras, já que não têm acesso a outras formas de trabalho ou emprego e ainda não tem escolarização suficiente ou adequada a exigências do mercado de trabalho institucionalizado. Nesse contexto, a condição de serem mães solteiras e não terem outros responsáveis para o sustento de seus filhos e filhas, somam-se aos fatores que acabam submetendo-as à prática da prostituição.

Em Teresina, assim como nas outras capitais e metrópoles brasileiras, a prática de prostituição é comum tanto nas vias públicas e privadas. Nessa pesquisa sobre a realidade de Teresina, as figurantes que representam nossa amostra de estudo, são jovens com idades variando entre 15 a 29 anos, atuando em vias públicas nos seguintes espaços urbanos da cidade: praça da Bandeira, algumas ruas e bares do centro de Teresina, onde as mulheres prostitutas esperam seus clientes para negociar os programas, ou seja, práticas sexuais em troca de valores financeiros.

O centro da capital piauiense possui muitas opções de lugares para a prática de prostituição, por esse motivo escolhemos aleatoriamente alguns desses “pontos” de prostituição que nos serviram de contexto para esse estudo sendo esses lugares: **Praça da Bandeira** de nome oficial Praça Marechal Deodoro da Fonseca, **Motel OK (Limãozinho)**, **70% Drink**, **100% Drinks**, **Pé de Manga**, **Coquetel Bar**, **Bar da Toinha**, **da Sônia** e **Calçada do Colégio Sapiens**.

No que se refere aos espaços onde se verificam os encontros e/ou as próprias práticas de prostituição no centro de Teresina, capital piauiense, percebemos que são ambientes disfarçados, pois somente aqueles e aquelas que são frequentadores têm consciência da existência dos referidos espaços como lugares onde acontecem fatos relacionados à prostituição. Muitos destes locais não têm referências nomenclais escritas para não serem caracterizados como território de prostituição. Estes ambientes prostíbulos são conhecidos por parte de pessoas que os frequentam, porém nem todos os indivíduos que entram nestes locais são adeptos da prática de prostituição.

Neste sentido, ao observarmos o campo dessa pesquisa, depreendemos que temos muito que entender sobre esse universo da prostituição. E que devemos estudar mais sobre as

dinâmicas e o funcionamento desses ambientes. Porque somente assim, é que podemos alcançar a realidade sobre tal situação. Nessa busca devemos nos cuidados em relação às situações das quais ficamos expostos durante nosso trabalho. No entanto, é preciso enfrentar os riscos para ampliar a experiência no percurso do mesmo. Para tanto é necessário durante esse percurso despirmos dos preconceitos.

Portanto, por meio das observações que fizemos sobre as atividades de prostituição (desenvolvidas pelas participantes desse estudo), podemos dizer que o centro de Teresina revela-se como território utilizado para a prática de prostituição, como meio de sobrevivência de muitas jovens que vivem ou estão temporariamente morando nesta capital, em situação de exclusão social.

### **3. Trajetória metodológica a partir de histórias de vida e formação escolar de jovens mulheres em situação de prostituição**

Este estudo ainda em andamento tem como objetivo geral: analisar as relações entre a situação de jovens mulheres prostitutas em Teresina-PI com respectivos processos de escolarização. Como objetivos específicos, recortamos os seguintes delineamentos que orientarão concretamente as nossas buscas: identificar dentre as jovens envolvidas na pesquisa, aquelas que tiveram acesso à escola, nela permanecem, em que nível e ano estudam; caracterizar em que o processo de escolarização das jovens pesquisadas tem relação com a prática de prostituição; descrever as razões que provocaram a não inserção ou a evasão escolar daquelas jovens em condição de prostituição.

Como estratégias metodológicas para a obtenção de dados, estamos utilizando os relatos de história de vida de mulheres jovens em situação de prostituição na zona central de Teresina-PI, assim sendo, esta é uma investigação qualitativa. A nossa opção por essa metodologia deu-se em conformidade com Melucci (2005), que propõe a concepção de que a pesquisa qualitativa agrega dados quantitativos (objetivos) e qualitativos (subjetivos). Neste sentido, as protagonistas em estudo, são pessoas que produzem sentido a realidade na qual estão inseridas. Desse modo, é no contexto da vida cotidiana de nossas protagonistas que estamos produzimos os dados importantes que orientam a prática de nossas observações, entrevista e de escuta dessas personagens.

Diante disso, a natureza do objeto em estudo exigiu-nos que trabalhássemos com os seguintes instrumentais metodológicos: relatos pessoais, observação direta, entrevista semi estruturada e diário de campo.

As jovens pesquisadas vivenciam os ambientes prostíbulos públicos do centro de Teresina, porém, cada uma delas tem especificidades que as diferenciam das demais prostitutas, pois são seres únicos, que têm histórias de vida e experiências escolares bem distintas, outras se quer frequentaram uma escola em suas vidas e, portanto, aprenderam apenas na vidas com a própria vida e com o mundo, lendo-o intuitivamente.

Conforme já dissemos, essas mulheres possuem peculiaridades em si mesmo, dentro do seu próprio grupo (que se configura e exploram o espaço público) quanto em relação também àquelas que vivem em prostituição em espaços privados. Isto porque, além das diferenças pessoais de cada uma, embora vivenciando os mesmos tipos de espaços públicos para explorar a mesma atividade, cada uma tem sua maneira própria de prostituir-se que são definidas pelas as diferentes histórias de vida. Em relação à “história de vida”, Josso (2004) em seus estudos reflete:

[...] as histórias de vida postas ao serviço de um projeto são necessariamente adaptadas à perspectiva definida pelo projeto no qual elas se inserem, enquanto que as histórias de vida, no verdadeiro sentido do termo, abarcam a globalidade da vida em todos os seus aspectos, em todas as suas dimensões passadas, presentes e futuras e na dinâmica própria. (JOSSO, 2004, p., 31).

Desta forma, cada jovem em situação de prostituição neste estudo, tem uma história de vida singular, bem como motivos diferentes que as levam à prática da prostituição e, também, razões próprias que as impediram, ainda impedem de frequentar a escola para adquirir uma melhor formação educacional e/ou profissional.

#### **4. Que relações existem entre a exclusão educacional e a prática de prostituição?**

No Brasil, a educação escolar é um direito de todos, garantido na Constituição Federal de 1988 (art. 20). Porém, na prática ainda há muitos/as brasileiros/as que não conseguiram se alfabetizar, ou concluir o Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, bem como ingressar em uma universidade pública, pois o índice de evasão escolar é ainda elevado comparando-se aos países desenvolvidos.

Neste sentido, não é diferente na capital Teresina-PI, em que jovens oriundos/as de classe popular estão excluídos/as de frequentar uma instituição escolar pública, porque em muitos casos são obrigados/as a trabalhar para sustentar a família, muitas vezes o acesso à escola é impossibilitado, além de outros fatores. Fortalecendo tais posições Mori (1997) menciona ainda que

Os temas, os conteúdos, as relações entre conteúdo e disciplina, o sistema de avaliação, a metodologia, enfim, as aprendizagens oferecidas são, muitas vezes, incoerentes, desatualizadas, fragmentadas e seletivas. [...] na grande maioria não estão ligados à atualidade social, havendo um distanciamento entre escola e a realidade empírica. (MORI, 1997, p. 108).

É fundamental o acesso à educação para o pleno exercício da cidadania, bem como para combater as desigualdades que proporcionam diversas injustiças e problemas nas categorias sociais menos favorecidas, a exemplo: as jovens em estudo sofrem por terem sido excluídas ou evadidas da educação escolar.

Em consequência, essas mulheres deixam de participar cultural e politicamente dos benefícios tais como: o acesso à educação pública de qualidade, possuir moradia digna, garantir saúde pública com qualidade, contemplar-se em concurso público com valorização profissional, ingressar na universidade, dentre outros fatores necessários ao indivíduo, que a sociedade vem construindo, mas que são impossibilitados a elas, de forma a punçioná-las a exploração do seu corpo pela prática da prostituição como alternativa de sobrevivência. Diante dessas patologias sociais (exclusão social/escolar e do trabalho/laboral) não há modelos que ofereçam uma forma de superação desses dois aspectos patológicos definidos histórica-social, política e culturalmente desde os primórdios de nosso país até os dias atuais. Elucidando-nos sobre tal questão, sobre essa condição Mori (1997) diz que

A educação deve ser o desenvolvimento de potencialidades [...] oferecendo habilidades e conhecimentos que proporcionem ao educando melhor compreensão da realidade e a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais. Assim sendo, não haveria correspondência ou subordinação ao sistema predominante e os indivíduos seriam valorizados e incluídos na sociedade, independente da classe social econômica ou política. (MORI, 1997, p., 104).

Por conseguinte, a educação deve ser o meio pelo qual as pessoas podem superar as limitações que a sociedade as impõem. Entretanto, no caso das jovens partícipes deste estudo, as mesmas sofreram e ainda sofrem além da exclusão escolar, preconceitos, estereótipos e discriminação na sociedade, durante os momentos nos quais estão no ambiente onde atuam como “profissionais” da prática sexual.

Os preconceitos em relação às atividades de prostituição praticadas pelas mulheres que excluídas dos sistemas escolar e profissional, tornaram-se vulneráveis a outras práticas que lhes pudessem de alguma forma oferecer condições para suas sobrevivências. Toda essa carga de preconceito social sobre a prostituição impede que as mulheres prostitutas sejam



reconduzidas ao sistema escolar e, impede também, por extensão, essa não reintegração à escola, impossibilitando suas inserções no mercado de trabalho.

Isto tanto no caso das prostitutas que fizeram pouca ou nenhuma escolarização quanto, também, no caso daquelas embora tendo concluído a Educação Fundamental e/ou Ensino Médio, mas que ficaram com sua formação escolar defasada, além de sofrerem rejeição por parte do mercado de trabalho.

Por isso é que Russiaund (1991) destaca que “[...] no aspecto social [...] na mais ou menos grande estigmatização das “prostitutas”, atuam conjuntamente o variável grau de culpa (ou de sacralização) vinculada ao ato sexual, e a condição social também muito relativa da prostituta”, (RUSSIAUND, 2001, p., 12). Desse modo quando a escola atua desenvolvendo práticas educativas e pedagógicas que não favorece a promoção da dignidade humana daqueles que por serem diferentes ou pertencentes às camadas sociais menos favorecidas, não conseguem êxito em suas aprendizagens e nem apoio psicossocial que possa encorajar os alunos e as alunas que não lograram sucesso escolar.

Por essa razão as alunas e os alunos de camadas sociais empobrecidas e/ou portadores de alguma distinção étnico-racial, sexual, religiosa ou com necessidades especiais, do tipo mental/psicológica, entre outros fatores que não são reconsiderados pelas pedagogias escolares frente a diversidades de suas demandas escolares, acaba por excluir do seu interior um seguimento populacional de nossa sociedade.

É por isso que nesse contexto Pritzman (2001) chama nossa atenção para a necessidade de se refletir sobre a importância de se pensar sobre a postura que os profissionais da educação e da pedagogia precisam reconstruir em suas trajetórias de práticas educativas. Nesta perspectiva, o referido autor comenta:

As vozes que a pedagogia encontra são múltiplas e conflitivas, feitas de aspirações nacionais, vontades culturais e desejos globais. E aquilo que a pedagogia encontra também a modifica. Cotidianamente, a pedagogia precisa interagir, interpretar, traduzir e fazer algo mais de sua própria voz incerta e de sua capacidade de ouvir. Cotidianamente, a pedagogia precisa arriscar-se a pensar [...]. (PRITZMAN, 2001, p., 154).

É necessário perceber alguns avanços no que se refere à pesquisa de problemáticas que envolvem a educação no intuito de incentivar novos pesquisadores a estudar a realidade de sujeitos sociais excluídos/as sócio, histórica e politicamente na sociedade atual, como no caso deste estudo que são jovens prostitutas evadidas ou com inexistência de vivência escolar.

Muitas dessas jovens tem baixa escolaridade, não encontramos até então uma delas que fosse universitária. Todas elas são mulheres oriundas das classes populares: desempregadas, com filhos, separadas, solteiras com namorado, mora ou não com o marido, sustentam a família com dinheiro dos programas, dentre outros gastos e situações que as punccionam a prostituírem-se no centro de Teresina-PI.

Por conseguinte, o Piauí ainda sem políticas públicas suficientes e adequadas aos processos de resgate da cidadania das populações de mulheres jovens e adultas excluídas e/ou vulneráveis a todas as patologias sociais, não conseguiu assim desenvolvimento satisfatório e suficiente que ofereça trabalho formal que aproveite todos os níveis de formação da população. Como consequência, temos elevado índice de desemprego que contribuem com a prática da prostituição de mulheres pobres e sem formação escolar adequada ao mercado de trabalho, que desse modo inclui apenas os melhores perfis profissionais. Essa situação juntamente com a exclusão escolar de muitas mulheres no que se refere às instituições de ensino básico e profissionalizante, favorece a recorrência da prostituição feminina na cidade de Teresina-PI.

## **5. Conclusões iniciais: costurando saberes acerca da escolarização de mulheres em situação de prostituição**

As nossas investigações sobre a situação das jovens mulheres prostitutas em Teresina-PI, e suas relações com o processo de escolarização das mesmas, permitiu-nos até aqui fazermos algumas conclusões parciais, ainda teóricas e resultantes de nossas observações empíricas que se encontra buscando responder a seguinte questão: como ocorrem as relações entre a situação de jovens mulheres prostitutas em Teresina-PI no que se refere a escolarização dessas protagonistas?

A partir de uma revisão de literatura, bem como ouvindo as histórias de vida das protagonistas em estudo, podemos antecipar a seguinte generalização ainda que provisórias: **estão negadas ou excluídas de cargos de trabalho tradicionais, pois as mesmas além de serem discriminadas por seus modos de ganhar sobrevivência, possuem baixa escolaridade, sendo que a maioria delas evadiu-se da escola, ficando desprovidas de um processo de educação escolar. Tais fatos têm impossibilitado que as jovens em situação de prostituição reingressem ao sistema de escolarização básica, e aos níveis mais elevados de estudo formal e/ou de empregos que possam contribuir para a construção de uma cidadania mais digna e plena.**

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011.

GRECO, Rogério. **Código Penal**: comentado. Niterói-RJ: Impetus, 2008.

LOURO, Guaciara Lopes. Segredos e mentiras do currículo: sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: \_\_\_\_\_. **A escola cidadã no contexto da globalização**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p., 33-47.

MORI, Josete. O Processo de Exclusão na Educação: o Ensino de Segundo Grau. In: **Educação**, exclusão e cidadania - Coord. Lindomar WesslerBoneti. (Coleção Educação)- Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 103-111.

MARCA MUNDIAL DAS MULHERES. **Contra a pobreza e a violência sexista**. Coordenação Nacional da Marcha das Mulheres, 2005.

PRITZMAN, Deborah P. Sexualidade e cidadania democrática. In: \_\_\_\_\_. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Ed. 4, Vozes, 2001. p., 154-171.

ROSSIAUD, Jacques. A prostituição na idade média. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SOBRINHO, Leany Mendes; RAMEIRO, Ana Patrícia Ferreira. **Legalização e regulamentação**: o que pensam as profissionais de Teresina-PI. 2007. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Departamento de Serviço social. Universidade Federal do Piauí-UFPI, Teresina.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. (Coleção Polêmica)- São Paulo: Moderna, 1987.